

anti- ~~capitalista~~

Teimar



sem
medo

É Carnaval, é folia! A nossa luta é alegria!

Estamos em contagem decrescente.

No momento da redação deste editorial faltam menos de 7 semanas para as eleições legislativas de 10 de março. Nos últimos dias, assistimos ao início da definição do mapa político. O Bloco de Esquerda toma a dianteira e lança a sua carta mais poderosa e transformadora: o seu programa eleitoral “Fazer o que nunca foi feito”. Apresenta-se, e bem, como a esquerda de confiança, que traça as linhas para dar resposta às condições das nossas vidas: a saúde, a educação, a habitação, os salários, a justiça climática, entre outras.

É José Afonso quem nos dá o mote e nos empresta o título de capa, nas suas palavras cheias de Abril: “teima, teima sem medo”. Trata-se de um poema, de uma canção, mas também de uma espécie de palavra de ordem, que nos mobiliza com um claro sentido de ação. Com esta teimosia sem medo resgatamos um sentimento de insistência, por vezes inglório, mas sem o qual não há vitórias possíveis. Fez-se de teimosia o alcance que, pela mão da iniciativa cidadã de Renato Socorro, permitiu a devolução de uma pintura mural do pintor e resistente antifascista Abel Salazar à cidade do Porto. Juntar teimosias é uma das tarefas fundamentais de uma força como o Bloco de Esquerda, que teima sem medo e contra o medo. É o exemplo para demonstrar que a luta vale a pena e que há conquistas reais, na teimosia que conta.

Hugo Monteiro dá o pontapé de saída e destaca a importância de agir contra o medo e da necessidade de construir um futuro desmilitarizado, enfatizando a importância das palavras na configuração da sociedade. Daniel Borges denuncia as diversas crises que o jornalismo enfrenta. Devido à proliferação de informação na internet, a precarização das redações aumenta e põe em causa, não só o jornalismo, mas também a democracia. A nossa querida Bívora vai às Bahamas para entrevistar o fundo anónimo da Global Media, contando-nos a sua vida ao pormenor.

O dossiê celebra os 17 anos da vitória do SIM do referendo da despenalização da IVG. Entrevistamos a Ana Campos sobre a luta pela IVG (e muito mais). Desafiámos a Andrea Peniche a falar sobre o Prazer como um direito. No seu artigo, Shahd Wadi denuncia a sistemática violação dos direitos das mulheres palestinianas como um ato de genocídio cometido por Israel. Porque o prazer nos toca a todas, precisamos de um corpo libertado e celebrado como festa de Carnaval.

A nossa luta é alegria. Quando nada está garantido, é nela que nos sustentamos e é doce e promissor o seu alento.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

3 Internacional

Nunca mais Waltzing Matilda!

5 Trabalho

As crises do jornalismo, os seus efeitos e o Global Media Group

7 Sugestões

8 Bívora

Entrevista ao Fundo Anónimo que detém a Global Media

Dossiê | Direitos sexuais e reprodutivos

Ana Campos

Andrea Peniche

Maria Leonor Figueiredo

Shahd Wadi

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Andrea Peniche

Andreia Galvão

Daniel Borges

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Patrícia Felício

Paulo Ferreira

Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

Participaram nesta edição

Alda Sousa

Andrea Peniche

Andreia Galvão

Daniel Borges

Duarte Santos

Hugo Monteiro

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Miguel Heleno

Patrícia Felício

Shahd Wadi

Nunca mais Waltzing Matilda! Democracia contra o medo, fragilidade contra a raiva

escrito por *Hugo Monteiro*

O dia em que Shane MacGowan morreu não foi, simplesmente, um dia de luto. Não se resumiu ao usual tributo de circunstância – generalizado, mas efêmero – a uma estrela pop internacional, de resto há algum tempo afastada dos palcos e dos holofotes. Não foi sequer, como se espera sempre da reação instantânea e do lugar-comum, a constatação de que uma vida de excessos faz mal, e que há consequências para a inclinação etílica de Shane, a que a música deu fama e a que o quotidiano deu proveito. Este dia, o dia do desaparecimento de Shane MacGowan, foi a data em que um bardo da cultura popular, um narrador participante do quotidiano working class, saiu de uma cena a que tanto assistiu e que tão bem reportou: a cena do preso político na causa irlandesa (Streets of Sorrow / Birmingham Six); a cena da pessoa transsexual, sujeita à brutalidade do preconceito (The old main drag); a cena do flagelo social da Inglaterra de Thatcher (White City).

Mas este texto não é sobre Shane MacGowan ou sobre os Pogues, o que traz dúvidas quanto à intenção desta introdução, vagamente home-nageante. De que falaremos nós?

Waltzing Matilda, conhecem? Uma canção de origem incerta. Um hino adotado por exércitos e por hordas guerreiras, como os fuzileiros norte-americanos, também usual nos saudosos cantarolares de muitos soldados de pantufas, de tantos e hoje tão públicos adeptos do crepitar do Napalm, que saltam para o espaço das televisões a comentar mais um raide sobre Gaza. A pomposidade com que se qualifica como “geoestratégico” aquilo que, na verdade, é apenas um segmento da mesma lógica de esbulho de uma globalização de rapina, permite uma bela desculpa para puxar o lustro às medalhas e entrar pelas televisões dentro, em nome da “defesa de Israel”.

E é aqui que entra o alcance subversivo da cultura popular.

Se a Waltzing Matilda original glorificava o guerreiro, esta outra desarma-lhe o garbo e a glória, para mostrar o horror como ele é. E conta-nos a história de um jovem como qualquer outro, a viver a “vida livre dos vagabundos” até ser chamado a prestar serviço militar e a ser mobilizado para a guerra. Ao longo da canção, as mais cruas incidências da guerra

são desmascaradas, convertendo esta Waltzing Matilda, este hino marcial de vagos heróis, em testemunho em carne viva. Uma outra Waltzing Matilda denuncia a velha lógica do discurso das virtudes da guerra, graciosamente subvertida, na sua versão mais célebre, por ação dos Pogues e pela voz de Shane MacGowan, que interpretou como ninguém o poema antimilitarista de Eric Bogle: “Now those who were living did their best to survive/ In that mad world of blood, death and fire/ And for seven long weeks I kept myself alive/ While the corpses around me piled higher”

Esta outra Waltzing Matilda revela o outro lado do heroísmo marcial, a face oculta da virilidade soldadesca, mandando às malvas o louvor do sacrifício patriótico e da abnegação das armas e da pólvora. A voz de Shane, tão cortante e irregular quanto uma realidade que sabe convocar, em toda a sua rudeza, executa com enorme eficácia uma das urgências de todos os tempos, muito especialmente do nosso tempo: oferece o avesso, o outro lado, o que não se vê – o soldado estropiado, que assiste com amargura e sarcasmo ao desfile majestático dos seus camaradas de outrora. A música convoca o sofrimento real, a tenaz consequência de todas as guerras, que desembocam – passe, mas pese a contradição – numa espécie de conclusão de partida: “...no more Waltzing Matilda for me”.

Mudar de ritmos

Mantemo-nos, aparentemente, no ritmo de Shane MacGowan, mas é outro o dia em que o escutamos. Lembra-se de quando os fundos europeus de resposta à Covid19 se designaram por “bazuca”? Ou quando um recém-empossado presidente dos EUA, Joe Biden, falava de uma mobilização “guerreira” conta a pandemia, socorrendo-se de todo um léxico tão repetido e conhecido? Para Biden, o que estava em causa era um “empreendimento de guerra”, uma “full-scale wartime effort to address the supply shortages by ramping up production and protective equipment, syringes, needles, you name it”. Antes da invasão da Ucrânia, bem antes do alto patrocínio norte-americano ao massacre de civis em Gaza, já se colocava uma questão de saúde pública sob a retórica das armas, com esforços de guerra e “linhas da frente” e tudo. Soavam as palavras armadas e as Waltzing Matildas, sem cuidar do modo como as palavras servem para naturalizar ações, para

provocá-las ou para tentá-las.

Ora, mesmo em velhos e privilegiados enclaves de paz, a banda continua a tocar o seu Waltzing Matilda. Rufam os tambores da escalada bélica, encorajam-se alargamentos de orçamentos para defesa, num país que ainda se não dignou a dedicar 1% do Orçamento de Estado para a Cultura. Por todo o lado regressam “trincheiras”, “bandeiras”, apologias de abnegação pela pátria embrulhadas em discursos marciais, a que nos vamos habituando cada vez mais.

Ora, as palavras são política à solta. Revelam ordens de poder ou abrem vias para a sua destituição.

Uma das etapas em que isto se tornou especialmente evidente foi, claro está, o Maio de 68. Não foi um momento isolado mas, tendo o olhar europeu por referência, foi especialmente importante e revelador. As palavras de ordem, que invadiram as ruas e que se afirmaram como elementos criativos inultrapassáveis para a afirmação do movimento social, foram escritas pelas paredes da cidade, como motes transgressivos para a abertura de possíveis. Maurice Blanchot, um dos intelectuais que aderiu ao movimento, chamou-lhes “palavras de desordem”. Assim se designariam, não por encorajarem o caos ou a zaragata, mas por apontarem para algo que não tem ainda uma ordem – que dispensa e recusa a ordem anterior das coisas. “Palavras de desordem” são palavras que navegam por veios de incerteza e que duvidam dos próprios meios pelos quais habitualmente se difundem. Não cabem em jornais, demasiadamente na “ordem do dia”, nem em livros, sustentados na cultura que importaria destituir. Não quer dizer que estes meios fundamentais sejam dispensáveis – bem pelo contrário! Significa que não chegam, no momento da criação de impossíveis, para dizer e para difundir uma realidade que se refaz continuamente, permanentemente. As palavras são então palavras cantadas, são palavras escritas na parede, gravadas em mural ou esboçadas em pancarta. No seu movimento permanente são tão esperanças e tão construtivas quanto incertas, ou nunca seriam verdadeiramente revolucionárias. São efêmeras porque – Blanchot dixit – correspondem a suspensões do tempo histórico, a suspensões do relógio, a culturas irreduzíveis às formas dominantes da afirmação e do dizer-se: “Aparecem, desaparecem. Não dizem tudo, ao contrário arruinam tudo, estão fora de tudo. Agem, refletem fragmentariamente. Não deixam rastro: traços sem traço”.

Há uma mudança de ritmo, a imposição de uma mudança de cadência no tempo que se torna evidente e fundamental. Essa mudança teve, porém, graves fatores de emergência, que convém não adornar com romantismos. Viviam-se um mundo em colapso ante a arrogância dos poderes, ou face às violências coloniais, ou perante o cinismo da força bruta. O contraponto viria com novas palavras, capazes de fazer diferente e de construir de toda uma outra forma.

Mudar de Palavras

Em suma, vivia-se – vive-se! – um enorme fosso entre diferentes ordens de discurso, tão distintas, tão irreduzíveis que dificultam a própria confrontação. As palavras, que não são tudo,

que nem são nada sem o resto, transportam o essencial. É preciso dizer diferente, juntamente com o fazer diferente. As roturas dão-se, realmente, na distância enorme que espaça essas diferenças.

Raymond Williams, sociólogo da cultura e pensador da esquerda, foi um dos que deu atenção devida a esta distância entre palavras, formas de dizer e, como tal, de habitar e de construir o mundo. Para isso, chama atenção para a expressão, tão comum e tão internacional, “simplesmente não falamos a mesma língua”. A expressão inscreve na linguagem comum o desacerto entre realidades sociais que, no caso de Williams, se demonstra na contradição entre as raízes populares da sua infância e juventude, em Gales, e a sua migração para contexto universitário, na culta e letrada Cambridge. A vida traria outros contrastes, novas evidências do desencontro entre linguagens, quando Williams é mobilizado para a II Guerra e quando regressa, finalmente, a Cambridge, após esse período de mobilização. Refletiria longamente sobre isso, constatando como esse desequilíbrio entre línguas revela o desencontro entre formas de vida, representações do mundo e do trabalho a que é preciso dar renovada atenção.

Tal como Williams, no seu tempo, sabemos que as palavras trazem “conexões implícitas”, que configuram ou reconfiguram ações na sociedade. A realidade da guerra foi pródiga em demonstrá-lo: fala-se com palavras de guerra, na linguagem que configura, naturaliza, legitima e estabelece moldes dessa guerra. Quando o governo sionista de Israel animaliza o seu inimigo – “We are fighting human animals and we are acting accordingly” – dá espaço a uma exceção aos direitos ditos humanos, que deixariam de ter sentido e jurisdição ante um tipo determinado de pessoas. É o racismo de Estado, numa das suas mais acabadas expressões. Ele legitima-se, a par e passo, nas palavras de gabinete de comentadores/as, que passam a ser palavras de gabinete das pessoas que ouvem es-

ses/as comentadores.

É claro que o problema não é a linguagem, mas é também inegável que, como assinalou Williams, as palavras são elementos do problema, tanto na sua escolha como no jogo da sua enunciação. É por isso que fazer a diferença, fazer diferente, “fazer o que nunca foi feito”, é também dizer diferente, fazer política de outra maneira; recusar com o mesmo afincamento tanto as manigâncias da rede social quanto as novas instituições do burocratismo que são, afinal, formas de abreviar a democracia.

Façamos e falemos diferente.

Sair do medo

São tempos de medo. O medo é um péssimo companheiro, motor de más opções e de piores consequências. A politização do medo é um clássico expediente da direita, mas que não exclui nenhum quadrante político. É o medo que gera as políticas securitárias, que coloca os fundos para o armamento como prioritários face a orçamentos de saúde e de educação. É o medo que fomenta, mais tarde ou mais cedo, um interruptor ainda pior, que é o da raiva.

Em Portugal, se ontem foi o medo (do regresso de uma direita cada vez mais cadenciada pelo ritmo da extrema-direita) que alavancou uma inusitada maioria absoluta para o PS, arriscamo-nos a que a ira – pelas sucessivas más opções, pela lógica clientelar, pelos favorecimentos... – se estabeleça definitivamente como potenciador de voto. São sentimentos perfeitamente cartografados na história das ideias políticas, mas constituem-se, ao mesmo tempo, como margens de imprevisibilidade, de que as sondagens erradas são o mais visível sintoma. Trata-se do ponto cego de um comportamento massivo, que não tem contraponto racional. Só ressentimento desculpa a mentira desmascarada, a demagogia evidente, o apoucamento do discurso de ódio. Só isto não apenas redime,

mas projeta a extrema-direita.

A raiva sucede ao medo, sem que o ultrapasse; desdobra-o. Raiva e medo são aliados numa perigosa conjugação, que parasita estes sentimentos em detrimento de uma política de propostas, de projetos, com uma feição emancipatória e orientada para um futuro de dignidade. É preciso interromper, mudar de ritmo, fazer e dizer diferente.

Agir politicamente contra o medo é dar a volta ao vocabulário da guerra, é falsificar o léxico das armas, em nome de uma confrontação estabelecida no campo totalmente distinto, que é o campo da democracia. Só ela constrói e perpetua um imperativo de paz e só ela permite dispor um confronto no tabuleiro da justiça. A história ensinou-nos a violência das imposições, o apolitismo do “indiscutível” – da TINA de Thatcher à Troika de Passos –, poderosos indutores do medo e da raiva.

O modelo social que proporcionou a democracia assenta num paradigma de vulnerabilidade. Somos frágeis e destrutíveis, pelo que a força do coletivo e os braços da solidariedade amparam rumos de vida. Estas vidas não têm medo, não devem ter medo: de envelhecer, de adoecer, de andar na rua com quem amam, de afirmarem quem são, como são, com quem estão.

Quando afirmamos uma democracia contra o medo, escolhemos também a firmeza de um futuro desmilitarizado nas palavras e nos atos, dizendo, na letra de Bogle e na voz de MacGowan que, para nós, já chega de medo e já basta de raiva.

Hoje, de uma vez por todas, nunca mais Waltzing Matilda!



As crises do jornalismo, os seus efeitos e o Global Media Group

escrito por Daniel Borges

O jornalismo enfrenta há muito tempo uma série de crises e obstáculos que têm vindo a fragilizar o seu papel na sociedade. Essas crises são paralelas mas também se complementam, criando ciclos de retroalimentação (ou *feedback*) entre si que faz com que as crises se aprofundem umas às outras, tendo impactos significativos na sociedade.

A maior dessas crises é a da mudança do paradigma comunicacional, que foi despoletada com a popularização da internet e em particular das plataformas de redes sociais. Demos um passo atrás para perceber o problema.

Com o fim do feudalismo e a implementação da sociedade capitalista, ou seja, desde o começo da Modernidade, que o paradigma comunicacional das sociedades ocidentais era mais ou menos estático. Os desenvolvimentos técnicos e produtivos dos séculos XVIII e XIX permitiram que as sociedades criassem organicamente uma coisa que ainda não tinham: estruturas que permitissem uma comunicação alargada. Pouco a pouco, primeiro com os jornais, depois com a rádio e mais tarde com a televisão, foi sendo possível que um só emissor conseguisse chegar a cada vez mais receptores, instaurando o paradigma que conhecemos como ‘comunicação de massas’ através dos *mass media*.

Repare-se que, apesar de ser esta a estrutura dominante da esfera pública, não era a única. Como explica Habermas, a burguesia e a pequena burguesia utilizaram esse mesmo período temporal para desenvolver pequenas estruturas elitizadas e paralelas (a que Habermas chama ‘públicos’). Estruturas essas que, apesar de se basearem na mesma relação entre emissor e receptor, permitiam, devido ao estatuto social e económico dessas classes sociais, criar uma pluralidade contida de emissores que se influenciavam uns aos outros (em França, a comunicação por ‘públicos’ foi bastante popular. Ver, por exemplo *Ilusões Perdidas* de Balzac, ou *Os Miseráveis*, de Victor Hugo). Os ‘públicos’ traduziam-se, por exemplo, em pequenos jornais de nicho cultural, social, político ou filosófico.

A chegada da televisão, apesar de abalar a forma estética do conteúdo que era produzido, não abala particularmente este paradigma de comunicação. Continua a haver um emissor, que regula e decide o conteúdo da comunicação, e vários receptores que a consomem. E os públicos têm liberdade de manter as suas esferas públicas como sempre o fizeram.

Pedra no charco: a chegada da internet e das plataformas de redes sociais inverte completamente essa lógica. Toda a gente passa a ser simultaneamente emissor e receptor. O excesso de informação, que já se vinha agravando com o aumento de números de canais televisivos, rádios e jornais, explode. As estruturas dos públicos elitizam-se ainda mais, perdem aderência e tornam-se residuais.

Porque é que tudo isto importa para perceber as crises dos media, pergunta o leitor. É evidente que a instauração de um novo paradigma de comunicação esquizofrénico, que toma a forma de uma espécie de ‘enxame’, tem sérias implicações nos media. A imprensa em particular já vinha perdendo terreno para a televisão e a rádio, mas mesmo essas deixaram de ser as principais formas de comunicação nas nossas sociedades. Pergunte-se hoje a qualquer pessoa: a principal fonte de informação são as redes sociais.

Esta mudança de paradigma não tem só efeito na forma como as pessoas comunicam e acedem a informação. Ela coloca em risco a própria existência dos media ‘tradicionais’ (entenda-se a imprensa, a televisão e a rádio). É que as estruturas pesadas destes media – as redações, infraestruturas, distribuição, etc – são suportadas pelos lucros que cada órgão de comunicação social consegue angariar através do número de leitores, ouvintes ou espetadores. Ora, em 1996, em Portugal, circulavam noventa e três jornais por cada 1000 pessoas. Vinte e um anos depois, em 2017, circulavam onze.¹ É evidente

que perante estes números, as redações não conseguem manter a sua estabilidade e que cada vez mais o jornalismo se encontra ameaçado na sua capacidade de produzir conteúdos. É por isso agrava-se ainda mais outra crise: a precarização das redações.

Reféns do mercado e debilitadas pela falta de financiamento, as redações de imprensa enfrentam dificuldades na produção de jornalismo de qualidade. Com redações cada vez mais à base de estagiários, focadas em cobrir a actualidade e com dificuldade em aprofundar linhas de investigação,

o jornalismo encontra dificuldades em desempenhar o seu papel de ‘quarto poder’. Isto é, de ferramenta de investigação contra os abusos

de poder, a corrupção e a exploração na sociedade. Cada vez mais, as redações se dedicam apenas ao tema da “Atualidade”, e têm menos capacidade de investigar de forma aprofundada outros temas. E, ao mesmo tempo, todas dependem das agências de notícias (em Portugal, a Lusa, mas de forma geral a Associated Press e Reuters) para noticiar aquilo que não têm capacidade de fazer elas próprias. E isso significa que toda a informação passa a estar dependente de duas ou três agências para sair nos órgãos de comunicação social. Cá está então essa retroalimentação: as redações tornam-se precárias porque perdem a sua relevância, ao mesmo tempo que perdem a sua relevância por se tornarem precárias.

Há ainda uma terceira crise a que vale a pena dar destaque: o jornalismo sempre foi dependente do mercado, e por isso, dos interesses económicos da classe dominante, mas à medida que se torna mais precário, mais vai depender desses interesses. Aliás, em Portugal, os principais grupos de media já dependem de grandes empresários. O grupo Impresa (que detém todos os canais SIC, o Expresso, e uma série de publicações de nicho) é controlado pela família Pinto Balsemão; o grupo Cofina (que detém o Correio da Manhã e CMTV, Record, Sábado) é controlado por cinco investidores maioritários cuja fortuna líquida individual nunca fica abaixo dos duzentos milhões e que detêm cargos numa série de outros ‘boards’ de grandes empresas, nomeadamente a GreenVolt e a Altri; a Público Comunicação Social, S.A. que detém o jornal Público pertence ao Grupo Sonae; o Global Media Group, que detém o JN, o DN e a TSF e uma série de publicações de nicho, foi passando entre mãos de investidores até acabar nas mãos de um grupo de investidores angolanos, entre os quais o Banco Espírito Santo, e permitiu, a partir de 2020 a compra de acções por parte do empresário Marco Galinha.

Ora, o jornalismo dependente dos interesses de quem o financia nunca conseguirá ser crítico dos grandes grupos económicos portugueses, tendendo a ter uma posição sempre favorável aos mesmos e, portanto, a reproduzir a hegemonia da classe dominante – e se não o fizer, basta substituir a direção editorial, encontrando alguém cujos valores se alinhem mais com os do conselho da administração. Novamente a retroalimentação: numa sociedade em que o jornalismo perde o seu lugar de relevância e é cada vez mais precário, depende cada vez mais de grandes financiadores. Ao fazê-lo, o seu trabalho perde qualidade e torna-se mais precário porque fica condicionado por esses financiadores. Ao perder qualidade, torna-se menos relevante.

¹ *Dados da World Association of newspapers—World Trends Report 1991, 1997, 2002, 2010, 2014, 2017*

A importância do jornalismo em democracia

Estabelecidas as três principais crises do jornalismo, que se alimentam umas às outras, é preciso entender-se porque é que isso importa. Para isso, olhamos para as funções que o jornalismo cumpre na sociedade.

Apesar de todas as teorias da notícia, do jornalismo e dos media se contradizerem entre elas e terem ideias e paradigmas diferentes sobre o papel do jornalismo na sociedade, há duas principais funções de ação política que podemos sublinhar. Isto é, duas funções práticas sobre o funcionamento da sociedade. A primeira, de que já falei, é a do «quarto poder», a segunda é a contribuição para a esfera pública.

A teoria que estabelece que o jornalismo é o «quarto poder», a par dos poderes executivo, judicial e legislativo, integra-se na ideia de checks and balances da democracia representativa. Ela tem bons exemplos concretos nos quais se apoia, sendo o mais famoso deles o caso Watergate, no qual a investigação levada a cabo pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein levou à demissão do presidente Nixon. Nós, anticapitalistas, sabemos que a visão dos checks and balances parte de um pressuposto funcionalista ingénua, que a sociedade capitalista se baseia num conflito permanente entre classes e que se os checks and balances não operarem com esta noção, serão apenas engodos para que algumas pessoas possam dizer: «Vêem como a nossa sociedade é democrática?»

Mesmo assim, conseguimos compreender a utilidade e o potencial do jornalismo enquanto «quarto poder». Ele serve, na sua melhor forma, para escrutinar e investigar o poder executivo, poder judicial, o funcionamento do sistema político, a corrupção, o tráfico de influências, e outra miríade de ameaças aos regimes políticos. Não consegue é cumprir estas funções quando se encontra altamente debilitado e influenciado por interesses financeiros, crises de legitimidade e pela precariedade laboral.

A outra função da jornalismo é contribuir para a esfera pública e garantir a sua qualidade. Produzir conteúdos com qualidade, aprofundar debates e armar a sociedade com as armas da crítica para enfrentar a demagogia, mentiras e narrativas infundadas, como a da meritocracia. Serve também para selecionar uns conteúdos em detrimento de outros pela sua relevância e lançar debates na linha da frente da sociedade. Nesse sentido, temos bons exemplos no mundo francófono (Le Monde) e no mundo anglófono (The Guardian) com a cobertura sobre a crise climática. Mas, regra geral, é fácil de compreender que esta função está altamente debilitada não só pelas redes sociais e pelo novo paradigma comunicacional da nossa sociedade, mas também pelo facto de o jornalismo estar à mercê dos interesses económicos, o que faz com que perpetue as ideologias hegemónicas na sociedade ao invés de ter uma abordagem

crítica. Nesse sentido temos em Portugal maus exemplos: o Correio da Manhã, por escolher uma lente que valoriza a violência e o imediatismo, e que semeia a desconfiança e o medo; ou o Observador, por tomar decisões editoriais que aprofundam as narrativas neoliberais e a meritocracia.

O caso Global Media Group

Toda esta discussão surge num contexto concreto: o caso Global Media Group (GMG). Fruto dos encobrimentos do costume, a crise do Global Media Group abriu de rompante a porta para discutir todas estas crises latentes na sociedade portuguesa. O primeiro grande sinal desta crise foi a mudança das redações das publicações do GMG, que se encontravam na sede histórica do Jornal de Notícias, no Porto. A notícia foi acolhida com alguma naturalidade por parte da sociedade e protestos por parte dos jornalistas, mas a narrativa estava montada: o jornalismo já não gera os mesmos lucros que antes, e por isso era necessário cortar as despesas.

A 6 de dezembro de 2023, a Comissão Executiva do GMG anunciava, em comunicado interno, que iria negociar, com caráter de urgência, as rescisões de até 200 trabalhadores, ao mesmo tempo que preparava uma reestruturação. Há medida que mais detalhes foram sendo conhecidos externa e internamente, as direções da TSF, O Jogo, Dinheiro Vivo e Jornal de Notícias apresentaram as suas demissões.

Chegando ao final de Janeiro, vários jornalistas continuam sem receber os ordenados de Dezembro, que o GMG avisou não ter a capacidade de pagar. A crise está plenamente instalada e o caso do Global Media Group ganhou relevância na política nacional.

Mas o que se passou ao certo do GMG? Fruto da opacidade da estrutura do grupo, ainda não temos muitos detalhes. Há, no entanto, dois aspetos que parecem desde já fundamentais ressaltar e que se vão tornando mais graves à medida que temos mais informação.

O primeiro está relacionado com a gestão financeira do grupo. Evidenciada pela participação feita pelo Sindicato dos Jornalistas à Procuradoria-Geral da República, que pedia a esta para investigar as “burlas”, “gestão danosa” e “procedimentos à margem da lei” bem como “outras matérias e denúncias entretanto vindas a público neste interregno” dentro do Grupo. Mas também evidenciada pelas próprias declarações da Comissão Executiva do GMG, que, liderada por José Paulo Fafe, acusou os outros acionistas (Marco Galinha) de protagonizarem

situações “ética e moralmente condenáveis”.

E não menos importantes são as acusações feitas por Garcia Pereira no dia 19 de Janeiro, que denunciavam a existência de transferências feitas a meio de dezembro, somadas no total de 150 mil euros, para empresas e familiares de alguns dos administradores e ex-administradores do GMG, entre os quais o próprio José Paulo Fafe. Mais, Garcia Pereira denuncia transferências feitas durante o mês de janeiro, já em plena crise. A verificarem-se verdadeiras, estas transferências significam uma espécie de saque ao cadáver do GMG, enquanto os trabalhadores são abandonados. Ai está então uma das crises do jornalismo: a precariedade profissional, que para além de ser generalizada à profissão, é agudizada neste caso.

O segundo aspeto está ligado à interferência dos interesses económicos no trabalho editorial do GMG, em particular no Jornal de Notícias. O Conselho de Redação deste órgão de comunicação social expôs à ERC as suas preocupações que, para além da desvalorização do próprio nome do Jornal de Notícias, estão relacionadas com “questões de ingerência editorial” e da “mudança da matriz editorial”. A própria ERC, embora se desresponsabilize de analisar a precariedade laboral, em já dois processos em curso. Um relativo “ao regime da transparência” e outro a “um outro conjunto de averiguações”. Ai está a outra crise, fruto da dependência que os órgãos de comunicação social têm dos interesses económicos.

Só o tempo revelará se as preocupações e as acusações são verdadeiras. As acusações trocadas entre a actual Comissão Executiva, liderada por José Paulo Fafe, e o líder da antiga Comissão Executiva, Marco Galinha, provam que há certamente problemas e questões por responder sobre a gestão do Global Media Group. Quando este artigo estiver nas mãos do leitor, certamente já haverá mais informação – sabemos que quando o interior destas estruturas estão podres, rapidamente elas implodem.

Para já, este é um caso concreto dos problemas do jornalismo abandonado ao mercado livre, aos investidores anónimos e ao capitalismo predatorial. Se seguirmos em frente sem tirar daqui consequências, esta história repetir-se-á. E estes ciclos são prejudiciais para a comunicação social, a esfera pública e a nossa democracia. É preciso mudar isso. Mas nem tudo é a perder. Os jornalistas, levados pelo momentum desta crise, marcaram greve geral. A segunda na história da nossa democracia. É preciso manter essa luta e encontrar novos horizontes e soluções para o jornalismo e para a democracia. A todos esses jornalistas que estão preparados para lutar, ofereço a minha solidariedade e a minha gratidão.

Sugestões Culturais

“O Processo”

de Frankz Kafka



“Na absolvição aparente as coisas passam-se de forma muito diferente. O auto não sofreu nenhuma outra alteração para além de ter sido enriquecido pela confirmação da inocência, pela absolvição e pelo fundamento da absolvição. Mas de resto mantém-se no processo judicial, é reexpedido- como a circulação ininterrupta das secretarias do tribunal exige- aos tribunais superiores, regressa aos inferiores e, com oscilações maiores ou menores, desloca-se para cima e para baixo. Estes caminhos são imprevisíveis. Visto de fora, pode ficar-se com a impressão de que tudo está há muito esquecido, de que o auto se perdeu e que a absolvição é perfeita. Um iniciado não acreditará nisso. Nenhum auto desaparece num tribunal, o esquecimento é algo que não existe. Um belo dia- para surpresa de todos- um qualquer juiz pega com mais atenção no auto, reconhece neste caso que a acusação ainda está em vigor e ordena diretamente a prisão.” (Pag.160, edição Livros do Brasil- Dois Mundos)

Um homem acorda e é intimado por oficiais da justiça em sua casa. K. desconhece o crime do qual o acusam. É lhe recomendado o controlo do seu ultraje. Afinal, tal atitude não abona a favor de um acusado.

Diz que é inocente. Mas isso dizem todos!..., é lhe dito repetidamente.

Rapidamente, inteira-se dos meandros da lei, da corrupção entre oficiais da justiça e da mais pura evidência: a sua inocência não importa de forma alguma no seu processo. K. é uma presa no labirinto burocrático e a sua vida, todos os seus pensamentos são sugados pela obsessão do processo, pela tentativa de se livrar de uma injusta sentença. Como um cão!

.....

Kafka, um judeu checo que quase ninguém lamentou aquando a sua morte, ficou engravado na memória da literatura mundial. Este é o seu magnus opus, o texto brilhante de um autor que, como K., passou a vida coagido a seguir trilhos que não escolheria se fosse dono pleno da sua pessoa. E nisso, infelizmente, é tão mortal quanto nós.

Andreia Galvão

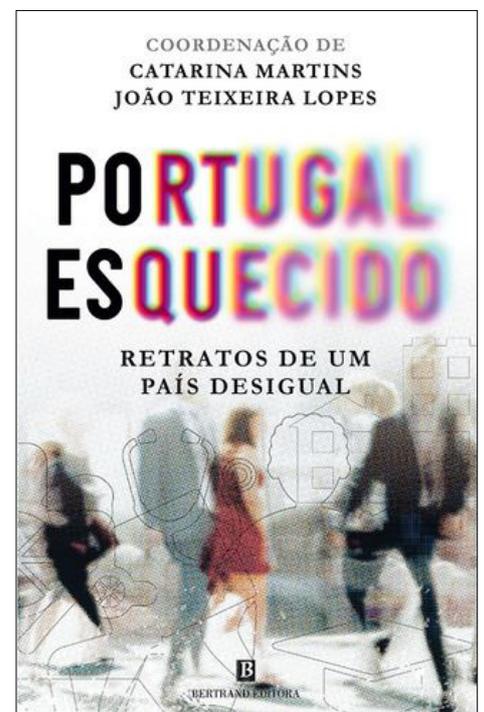
“Portugal Esquecido – Retrato de um país desigual”

de Catarina Martins e João Teixeira Lopes

“Portugal Esquecido – Retrato de um país desigual” é uma obra que surge numa altura oportuna, com o aproximar das eleições e do 50º aniversário do 25 de Abril. Coordenado por Catarina Martins e João Teixeira Lopes, o livro propõe-se a lançar luz sobre temas menos visíveis da realidade portuguesa, abordando situações à margem do centro do debate público. Ao destacar essas realidades muitas vezes esquecidas, a obra torna-se um instrumento essencial para a compreensão do Portugal contemporâneo. Num contexto político polarizados onde as fragilidades sociais se tornam cada vez mais evidentes, a narrativa proposta por Catarina Martins e João Teixeira Lopes não apenas revela as lacunas sociais, mas também destaca a necessidade urgente de enfrentar essas questões.

Os autores dos vários capítulos, apoiados em retratos construídos a partir de histórias de vida na primeira pessoa, apresentam uma imagem abrangente de questões fundamentais que afetam a sociedade portuguesa, abordando temas como a saúde, a habitação, o trabalho, as minorias, a desertificação e o ambiente. O livro não se limita a expor problemas, mas também oferece sugestões concretas para enfrentar esses desafios. No cenário político atual, a importância de retratar histórias de vida e desafios do quotidiano assume uma dimensão crítica. O livro serve como um apelo à ação, incentivando reflexões sobre a igualdade, justiça social e políticas públicas. “Portugal Esquecido” apresenta-se como uma obra que transcende as fronteiras da análise sociológica, contribuindo para um diálogo necessário sobre o presente e o futuro do país.

José Miguel Ricardo



Entrevista ao Fundo Anónimo que detém a Global Media

Nos últimos meses, foi noticiado que o Grupo Global Media é controlado por um fundo que se apresenta como World Opportunity Fund. No entanto este é um nome fictício, uma vez que o fundo insiste em manter-se anónimo. Quem são estes fundos anónimos? Que estigma lhes atribui a sociedade para que permaneçam no anonimato? Se há fundos anónimos, há certamente a Associação dos Fundos Anónimos, um espaço seguro onde estes fundos se encontram para dar as mãos e ultrapassar o sofrimento.

Foi precisamente na sede da Associação dos Fundos Anónimos, numa antiga fábrica de salchichas nas Bahamas, que falámos com o próprio World Opportunity Fund. De olheiras escuras e com um ar carregado, concedeu-nos uma entrevista surpreendente que transcrevemos aqui.

AC – Caro World Opportunity Fund, muito obrigado por esta entrevista. O senhor é um Fundo Anónimo?

WOF – No fundo, sou.

AC – E como se tem sentido?

WOF – Felizmente estou num período de recuperação. Posso dizer com orgulho que estou sem investir em offshores há mais de 15 horas.

AC – Parabéns! Pode dizer-nos como começou nesta vida de fundo anónimo?

WOF – A minha história é igual à de muitos outros. Era jovem e tinha saído de um relacionamento difícil... Uma noite na discoteca um amigo mostrou-me umas aplicações financeiras nas ilhas Caimão. Eu rejeitei à primeira, mas depois deixei-me levar pelo ambiente e experimentei.

AC – E como acaba a ser dono da Global Media?

WOF – No início começas um bocado por brincadeira, com umas transferências para offshores só para fugir aos impostos. Mas depois chegas a um ponto em que só evasão fiscal já não bate. Começas a dar no branqueamento de capitais e vais por aí fora... Quando dei por mim já andava a controlar grupos de comunicação em Portugal.

AC – E a sua família, como reagiu?

WOF – Quando disse à minha mãe que ia comprar um grupo de media em Portugal, ela começou a chorar e disse-me: “filho, eu até aceito que andes aí na má vida, mas, por favor, diz-me que não vais comprar a CMTV”. Foi aí que percebi que até para fundos especulativos existem critérios de decência. Comprei antes a Global Media.

AC – É nessa altura que se envolve com Marco Galinha?

WOF – Sim. Tínhamos ido a uma festa de uns amigos oligarcas russos. Estávamos os dois bêbados, ele ofereceu-me boleia para casa...

AC – Referia-me ao envolvimento no grupo Global Media.

WOF – Ah, sim, foi.

AC – Como responde aos que o acusam de arruinar o jornalismo em Portugal ao conduzir à falência três órgãos de comunicação social de referência no país?

WOF – É claro que tenho responsabilidade, mas a culpa não é toda minha. Desde que o José Rodrigues do Santos começou a piscar olho no final telejornal, viu-se logo que o jor-

nalismo português não ia muito longe. Depois veio a figura do jornalista-comentador, puse-ram o Nuno Rogeiro a fazer comentário internacional... Enfim, a coisa já não andava muito boa quando cá chegamos.

AC – Isso também é verdade. Mas a situação na Global Media é bem complicada. A administração diz que vai pagar o subsídio de Natal em duodécimos. Acha bem?

WOF – Acho giríssima essa ideia de dividir pagamentos em processos de falência! Já dei ordens para pagarmos a fornecedores em raspadinhas e penhorarmos os ativos em fascículos do Planeta DeAgustini.

AC – E os salários?

WOF – Desculpe, preferia não falar. Isso é um tema traumático aqui na Associação dos Fundos Anónimos.



dossiê

#69 SÉRIE II FEVEREIRO 2024

Direitos sexuais e reprodutivos

Direitos sexuais e reprodutivos - a liberdade que nos assiste entrevista a Ana Campos

por **Leonor Figueiredo**

Ana Campos, militante feminista desde os anos setenta, é ativista da Associação para o Planeamento Familiar há mais de trinta anos. Exerceu atividade até 2019 na Maternidade Alfredo da Costa, da qual foi diretora clínica. Participou ativamente nas campanhas pela despenalização do aborto, direito que ainda não está totalmente assegurado. Não podíamos deixar de a desafiar para conversar sobre direitos sexuais e reprodutivos quando nos aproximamos de mais um aniversário do SIM no referendo de 2007.

L: Começava por te perguntar se achas que o direito ao aborto está a ser garantido neste momento.

AC: Muitas pessoas têm muita dificuldade em aceder ao aborto atualmente. Há neste momento cada vez mais hospitais em que a interrupção de gravidez deixou de ser feita. Por todo o país, já não é só Alentejo ou Açores. Já temos muitos hospitais a não fazer interrupção de gravidez.

L: O problema principal será a objeção de consciência?

AC: A justificação é a objeção de consciência. Mas a questão é considerar-se, entre ginecologistas e obstetras, que o aborto é uma questão menor.

L: Achas que serviços de saúde sobrecarregados preferem deixar isso para segundo plano?

AC: Não é para segundo plano, é entregar aos privados. Mandar as pessoas para a Clínica dos Arcos.

L: Então achas que objeção de consciência é mais uma desculpa do que efetivamente uma realidade.

AC: Acho que objeção de consciência é uma desculpa. Ninguém pergunta a nin-

guém desde há muitos anos se é objeção de consciência. E além disso há pessoas que não são objeções e tentaram abrir a consulta da IVG no seu hospital mas foram dissuadidas.

L: Como é que se poderia contornar isso?

AC: Contornar isso é explicar que a objeção de consciência não pode limitar um direito formalmente constituído. Portanto, se existe objeção de consciência, os hospitais devem contratar pessoas não objeções para fazer interrupção de gravidez. A par de que é muito importante que haja formação permanente das pessoas, internos e jovens especialistas, porque o aborto faz parte dos direitos sexuais e reprodutivos, faz parte do conjunto da especialidade de ginecologia e obstetria. Têm de aprender as técnicas todas e isso inclui o aborto.

L: E quanto ao aumento do tempo de gestação legal, que aqui é 10 semanas e em Espanha 14? Faz sentido aumentar para as 12?

AC: Acho que faz todo o sentido. Acho que faz sentido mudar quatro pontos na lei. O primeiro é a idade gestacional passar de 10 para 12 semanas. Às 12 semanas ainda é possível fazer interrupção médica de gravidez em ambulatório; entre as 12 e as 14 semanas as situações requerem internamento e, se forem precisas muitas intervenções cirúrgicas, os hospitais não têm condições.

A outra questão importante é acabar com a obrigatoriedade da declaração de dois

médicos para atestar que o aborto pode ser realizado. Neste momento, há um médico que faz uma ecografia que data uma gravidez, e tem de haver um outro médico diferente a confirmar que esta interrupção pode ser feita. Não há nenhum ato médico nem cirúrgico em medicina que exija legalmente a presença de duas confirmações. Isto foi uma forma, na altura, de contornar todos aqueles que eram muito descrentes em relação à interrupção de gravidez e achavam que as mulheres iam agora todas abortar e que os médicos iam ser coniventes. Nada disso se verificou e não faz sentido um técnico ter de ser supervisionado por outro para atestar que a interrupção pode ser feita.

A terceira questão é o tempo de espera de cinco dias, obrigatório para toda a gente e que não tem lógica existir. Quando as mulheres vão dizer que pretendem fazer um aborto, já pensaram o suficiente e não devia haver obrigatoriamente um tempo de espera. É evidente que há sempre mulheres que não têm uma opinião totalmente formada quando vão à primeira consulta. Então nesses casos, sim senhor, permite-se o tempo até à decisão definitiva.

Estes três são os pontos mais urgentes. Um quarto ponto tem a ver com o diagnóstico pré-natal, o alargamento do prazo em que se pode fazer a interrupção de gravidez quando há um feto com malformação. A maior parte dos técnicos que trabalham em diagnóstico pré-natal considera que 24 semanas pode ser muito escasso para se formular um diagnóstico em algumas situações. Às vezes é preciso protelar a interrupção para se saber se há de facto uma malformação ou doença fetal grave. E como essas interrupções são habitualmente feitas em meio hospitalar, faz todo o sentido que se possa prolongar esse tempo de decisão. Porque assim pode-se correr o risco de haver mais interrupções de gravidez para as pessoas poderem cumprir a lei. E há situações que até podem não ter diagnóstico tão pesado como aquele que parecia ser ao início. A decisão poderia ser diferente.

L: Algumas ativistas questionam se a questão do aborto em caso de malformação pode ser uma forma de eugenia. Isto faz-te sentido?

AC: Olha, eu acho que as mulheres é que decidem se querem fazer ou não uma interrupção de gravidez. Há pessoas que podem querer ter um bebé com trissomia 21 ou qualquer outra doença fetal mas há outras que não querem. Porque em todas as decisões a primeira escolha é sempre da mulher. E do casal. A importância desses embriões é a importância que os seus pais lhes dão. Em primeiro lugar está a escolha individual, seja com o aborto, seja na morte medicamente assistida. E é essa escolha individual que muita gente não aceita, não aceitam que exista livre-arbí-

trio. Eu ter o direito de decidir sobre coisas que dizem respeito à minha vida, mesmo que outras pessoas não fizessem assim. É um direito que me assiste.

L: E o que pensas sobre a esterilização de pessoas com deficiência, que parece ainda acontecer em Portugal?

AC: Em primeiro lugar é preciso ver de que tipo deficiência se trata e se as pessoas têm, individualmente, capacidade de tomar a decisão. Há muito tempo era assim. Neste momento, dependendo da possibilidade de haver ou não uma gravidez e de ser ou não aceite pela pessoa, a contraceção é de tal forma possível que a questão da esterilização não é aceite. Se uma pessoa está numa instituição, a obrigação da instituição é fazer a vigilância dos prazos em que os vários métodos contraceptivos têm de ser substituídos. Neste momento, ninguém aceita fazer uma esterilização a não ser que a própria pessoa peça e tenha as condições legais para isso.

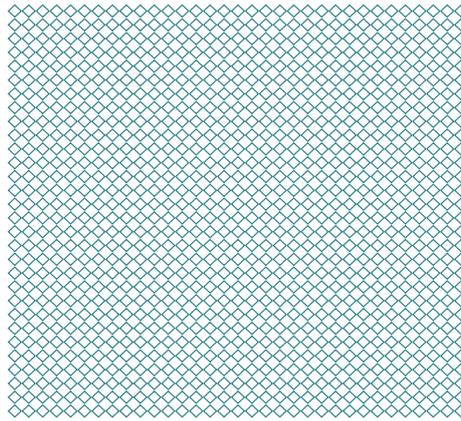
Novamente, tudo passa pela importância do esclarecimento sobre o que significa o livre-arbítrio e o que significa autonomia e liberdade individual. Não nego que possa ter havido um descurar dessa formação, e é também por isso que há um declínio da aceitação dos técnicos em realizar IVG. É que as questões dos direitos humanos e da liberdade individual não estão a ser devidamente tratadas nos cursos de técnicos de saúde, sejam eles médicos, enfermeiros, auxiliares da ação médica...

L: Não achas que há também um problema de conservadorismo sobre o sexo e o prazer? Porque há sempre estes estigmas, seja sobre pessoas com deficiência, ou sobre a terceira idade...

AC: Eu espero que hoje a negação da sexualidade e do prazer a todas as pessoas, independentemente da idade e de condição de doença, já não seja uma questão de princípio. E penso que muito se avançou nessa forma de pensar, a começar pelas mulheres que se consideram agora com direito à sua sexualidade. Mas eu sou do tempo em que o planeamento familiar terminava aos 40 anos. Porque depois dos 40 anos, as mulheres não faziam sexo. Ponto. Era a negação da sexualidade e do prazer seja em que idade for.

L: A pílula foi uma conquista muito importante também por isso.

AC: Para mim a pílula é a grande conquista que permite a autonomia das mulheres. Não houve nada comparativamente à pílula, nem o acesso à educação, nem a situação económica, nada. O que permitiu a autonomia das mulheres foi a pílula. A possibilidade de decidir que só seriam mães quando quisessem, que a maternidade era algo que escolheriam, em que momento é



de que forma. Portanto, eu considero que a pílula foi de facto a grande revolução do século XX para as mulheres.

L: Haveria mais abortos antes disso, não é?

AC: Com certeza.

L: Quando é que em Portugal houve mesmo o boom da pílula?

AC: A pílula era proibida até 1974, embora já fosse usada em algumas consultas como “regulador da menstruação”. Em 1976 começa a ser criado o Planeamento Familiar e, em 1978, o Dr. Albino Aroso possibilitou que por lei a prática do Planeamento Familiar pudesse estar presente como consulta de aconselhamento e ação técnica nos cuidados de saúde primários. Aí começa a haver, generalizadamente, consultas de planeamento familiar.

L: Com a distribuição da pílula como hoje?

AC: Não havia no centro de saúde ainda. As pessoas compravam a pílula receitada pelo médico.

L: E tu estiveste envolvida precisamente nessa fase de transformação.

AC: Eu comecei a trabalhar em 1976. Em 1977-1978 estive a fazer o Serviço Médico à Periferia. Abri a primeira consulta de planeamento familiar no sítio onde eu estava. E apanhava coisas como estas: uma mulher que dizia que o marido era muito compreensivo porque uns dias ela tomava a pílula e outros dias tomava ele.

L: Ainda havia muito desconhecimento. Muitas mulheres nem deviam dizer ao marido que estavam a tomar...

AC: Muitas sim. Para muitas, a única forma de terem algum controlo era esconder do marido a prática de uma contraceção. Por isso é que foi tão importante.

L: Hoje em dia muita gente deixa de tomar a pílula pelos riscos que pode ter para a saúde. É importante evoluir para pílulas mais seguras do que as que já temos?

AC: As pílulas atuais são muito seguras,

sobretudo as que são prescritas e são da última geração, com baixas doses de estrogénio e progesterona e com menor risco de trombose venosa. As mulheres que fumam não devem tomar a pílula, sobretudo depois dos 30 anos. Há que fazer escolhas nesse campo. Mas atualmente há mais ou menos o culto do naturismo, da recusa de medicamentos de farmácia, preferindo os remédios “naturais” que são muitas vezes produzidos sem o controle que os medicamentos de farmácia têm. Acho que é uma moda, que pode passar. É preciso é que as pessoas não engravidem sem querer, podendo fazer métodos seguros.

L: Noto essa moda entre círculos mais jovens, também resultado das redes sociais, de voltar a um certo naturismo. Por exemplo, conheço várias pessoas que estão apenas a fazer “controlo de ciclos”. E há muita gente a fazer partos em casa. O que é que pensas sobre esta moda? É seguro?

AC: Não é por acaso que a medicina evoluiu. As pessoas que utilizam métodos naturais depois vão ter mais filhos (se não se importarem de os ter) ou vão fazer mais abortos. É tão claro quanto isso. E as pessoas dos partos em casa vão ter alguns dissabores, com bebés que podem morrer. Ou mesmo elas próprias. Em Portugal não temos uma estrutura de saúde que possa garantir segurança a um parto no domicílio. Em primeiro lugar porque nem sequer temos a noção das pessoas que fazem partos no domicílio. E depois não temos nenhuma ligação entre a instituição de saúde próxima do sítio onde está a haver um parto no domicílio, para que numa emergência a resposta possa ser imediata. Na Holanda é assim: qualquer parto em casa tem contacto com o hospital da área e os contactos são permanentes e frequentes. Mas, mesmo assim, o que as pessoas não dizem é que há 40% desses partos que terminam no hospital.

L: Em 2022 o número de abortos aumentou, contrariando a tendência nos anos anteriores. Sugeriste numa entrevista que isso se poderia dever ao maior desconhecimento de alguma imigração quanto aos métodos contraceptivos. O que achas que falta fazer no trabalho com estas populações no que toca a saúde sexual e reprodutiva?

AC: Falta que possam ter acessibilidade e facilidade em encontrar uma consulta de planeamento familiar. A maior parte não tem médico de família e é difícil que outros médicos se encarreguem do planeamento familiar, tal como estão agora estruturados os centros de saúde.

L: E apesar de as gravidezes adolescentes terem diminuído em Portugal, isso continua a ser um problema. Os jovens têm cada vez mais acesso à informação, o que se pode fazer mais?

AC - É preciso acesso e informação sobre contraceção de emergência, que quase deixou de ser falada. E sobre como tomar a pílula e causas de falhas. Mas, mesmo considerando que ainda há gravidez não desejada na adolescência, têm recurso ao aborto. E, das estatísticas do último relatório de IVG, verifica-se que neste grupo há mais interrupções de gravidez do que partos. O que é absolutamente natural. Não é a idade em que se deverão ter os filhos, por muitas razões.

L: Recordas-te do dia em que SIM venceu o referendo? Acreditaste que seria possível?

AC: Recordo, sim e muito bem! Apesar de termos a noção de que a campanha tinha corrido muito bem e que, segundo estudos da comunicação social, havia uma maioria da população a favor da mudança da lei, tínhamos o trauma do referendo anterior. À medida que se iam conhecendo os resultados, a possibilidade de vitória era real. Até que no Altis tivemos a confirmação dos resultados. Foi uma enorme alegria!

L: O que foi mais impactante para ti nesse processo?

AC - A forma como todos os grupos que defendiam o Sim trabalharam em colaboração, multiplicando cada um iniciativas que considerava mobilizadoras. Estive no grupo “Médicos pela Escolha”, trabalhamos imenso. Tivemos algumas dificuldades em debates mas foi clara a forma como as superámos.

L: Queria também perguntar-te sobre parto. Além dos problemas óbvios que temos neste momento no SNS, fala-se cada vez mais de “violência ginecológica”. O que pensas sobre isto?

AC: Olha, isso é uma agenda feminista que eu não defendo de forma nenhuma. Acho que o termo violência é péssimo. Se tu disseres desumanização ou, se quiseres, autoritarismo... Mas autoritarismo é diferente de violência. Pode originar violência, mas é diferente. O termo surgiu na América Latina onde de facto as situações de desumanização no parto eram grandes, e alguém se lembrou na OMS de instaurar essa designação e foi aceite. Agora, eu acho que o termo em si não ajuda ninguém. Nem ajuda a melhorar, nem ajuda na queixa. Cria um campo de separação entre os que são atacados e os que atacam. Portanto, a questão fundamental é falar na desumanização do parto. O que é que eu entendo por desumanização? O parecer da mulher não ser tido em conta. E isso é importante em todas as áreas da saúde, não é só no parto. Se eu não quiser que me receitem uma pilula do tipo X, eu tenho de dizer que não quero e porque é que não quero. E a pessoa apresenta outra alternativa para eu poder escolher.

O diálogo entre a utente e o técnico de saúde tem de existir de uma maneira educada, de uma maneira civilizada, o médico não pode pensar que sabe tudo. E a mulher também tem de ouvir a opinião do médico ou do enfermeiro. Até agora o volume de partos dos hospitais públicos era grande e na realidade a questão da humanização do parto tem, na melhor das hipóteses, dez anos. Mesmo que houvesse educação e um trato muito simpático do médico, é muito recente a preocupação de explicar as coisas. E tem a ver, de facto, com a necessidade que as utentes tiveram de exigir e se movimentar para que essas coisas fossem reais. E é assim em todas as áreas da prática médica. Portanto, aquilo que é preciso é que as pessoas, de um lado e do outro, saibam dialogar, umas saibam informar e as outras saibam escolher aquilo que querem ou não querem. Agora, se eu não quero ter uma cesariana mas o bebé está em sofrimento, não posso tomar essa opção sozinha. Mas se alguém explicar, acho que nenhuma mulher recusa.

L: Na verdade, os testemunhos maravilhosos de parto humanizado que ouço são “deram-me atenção, explicaram as coisas, eu pude pôr-me de cócoras e andar pelo corredor”

AC: O que é que queres mais?

L: Pois, é isso, são os básicos, são coisas que poderiam ser aplicadas facilmente.

AC: Exatamente. E eu acho que há hospitais que estão a melhorar muito o atendimento graças a algumas experiências como o Hospital da Póvoa. Tem de haver adaptações, até porque os hospitais não estão concebidos para pessoas andarem a deambular. Estão concebidos para as pessoas estarem deitadas.

L: A ocuparem só o seu metro quadrado.

AC: Claro. Deambular é uma coisa que exige um espaço. E neste momento, por exemplo, o São João já criou uma área à volta dos blocos de partos onde as pessoas estão com a sua família e estão a ser vigiadas. E o parto humanizado tem que ser treinado, tem que ser preparado antes do parto. É na gravidez que se deve pensar no parto e que se deve considerar aquilo que é possível fazer, quais os limites.

L: E quanto mais os médicos estão sobrecarregados, menos atenção podem dar a cada parturiente?

AC: Mas os médicos não têm de fazer isso sozinhos. Quem tem de fazer isso são essencialmente os/as enfermeiros/as. As enfermeiras é que são as profissionais - por mais que os médicos tenham dificuldade em aceitar - que acompanham o parto. E os médicos deveriam só fazer a parte do parto que não é natural. Tudo o resto

deviam ser enfermeiros/as.

L: O médico só deveria vir se fosse uma cesariana ou uma complicação?

AC: Deve haver diálogo entre os profissionais de forma a decidir se se mantém a via baixa com fórceps ou uma ventosa, ou se é necessário fazer uma cesariana. A questão em Portugal está muito na irregularidade de distribuição de funções dos vários técnicos à nossa disposição. Também podíamos ter nos centros de saúde os enfermeiros a seguir gravidezes de baixo risco. Não há médicos de família mas enfermeiros há. Então é preciso que os enfermeiros comecem a observar e a preparar-se, um enfermeiro especialista em saúde materna e obstétrica tem toda a preparação para seguir uma gravidez de baixo risco. Tem de saber quando deixa de ser baixo risco e quando deve pedir colaboração do médico.

L: Que outras medidas consideras urgentes no que toca a direitos sexuais e reprodutivos?

AC: Neste momento é a formação em relação às diferentes orientações sexuais. E a aceitação pelos técnicos das várias orientações. Ninguém quer atender um transsexual à frente, vai evitar. A preparação ainda é muito escassa. E as pessoas interessadas nessa área são poucas ainda.

L: Já há algum campo específico multidisciplinar para essas situações?

AC: Já deveríamos ter áreas de sexologia em que essa multidisciplinaridade pudesse existir. Existe uma separação ainda muito grande e quem supervisiona a maior parte destas situações são os endocrinologistas e os cirurgiões, com psicólogos pelo meio.

L: Cirurgiões plásticos...

AC: Sim. Há pouca gente em ginecologia que se queira diferenciar nesse tipo de cirurgia. Qualquer um pode, se estiver interessado, fazer estágios nessas áreas. Mas não há muita gente a fazer isso. Que eu saiba não há mesmo ninguém.

L: 50 anos depois do 25 de abril, o que é que ainda precisava de uma revolução?

AC: Tanta coisa... A mulher continua a ser considerada ser secundário em muitos locais, trabalho, política, tarefas domésticas não partilhadas mesmo se tem a mesma preparação escolar e curricular que os homens. As pessoas LGBTQI+ continuam a ser discriminadas em tudo e a população ainda tem preconceitos. Por isso, muitas lutas e muitas formações são precisas ainda. Sobre tudo acho que não se pode ceder no que foram os passos conquistados.



Prazer, camaradas!

por **Andrea Peniche**

Começo este artigo com uma referência ao filme de José Filipe Costa (2019), a quem peço o título emprestado. O filme conta a história de Eduarda, João e Mick que, em 1975, vieram para Portugal trabalhar nas cooperativas entretanto fundadas nas herdades ocupadas. Fala-nos de uma revolução pouco conhecida que começava o seu curso – a revolução sexual e dos costumes – e que se desenhou também a partir do confronto entre uma mentalidade conservadora e incrustada e as experiências libertárias e libertadoras dos estrangeiros que, seduzidos pela Revolução, vieram para o nosso país.

Assim éramos nós, um país atrasado e atávico, profundamente católico, mergulhado num turbilhão de esperança e com um caderno de encargos que ousava desafiar o tempo e se propunha recuperar décadas de atraso económico, político, social e cultural. Nesse tempo, falar de prazer era coisa inaudita e que fazia corar, porque o corpo se queria casto, o sexo marital e o desejo era coisa do Diabo. A sexualidade não era assunto porque o sexo existia para fins procriativos. E se, na penumbra, aos homens eram permitidos alguns devaneios, com as mulheres a censura moral era implacável. Era a moral do Estado, porque havia um outro país, desobediente, subversivo, progressista, que lia livros proibidos e ensaiava uma vida diferente, mas esta moral pública moldou-nos enquanto povo e manteve-se insidiosamente presente durante as décadas de democracia, sendo ainda hoje possível notar a sua presença, por desvanecida ou transformada que possa estar.

Os ventos que sopravam

Quando pela Europa sopravam ventos da mudança, do *soixante-huitardismo* à segunda vaga feminista, Portugal vivia submerso na longa noite fascista.

“A libertação da mulher começa no ventre”, escrevia, em 1949, Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*¹, afirmando que a sexualidade estava no centro da emancipação das mulheres, rejeitando o corpo procriador e afirmando-o como território de descoberta, prazer e liberdade.

Michel Foucault publicava, em 1976, o primeiro volume da sua *História da Sexualidade*², no qual descrevia a sexualidade como um mecanismo de regulação dos corpos, dos comportamentos e da produção de subjetividades, formulando o conceito de *dispositivo da sexualidade* que caracterizava como biopoder, isto é, como uma rede de saberes e poderes de controlo dos corpos que produzia formas legítimas e ilegítimas de exercício da sexualidade.

Nos EUA, em 1976, foi publicado o subversivo *Relatório Hite – Um profundo Estudo Sobre Sexualidade Feminina*³. Até então, a sexualidade feminina era vista essencialmente como uma resposta à sexualidade masculina, mas Shere Hite rompeu todas as convenções e pensou, falou e escreveu com desassombro sobre sexualidade feminina. O relatório teve por base as respostas de mais de 3000 mulheres a 58 perguntas que versavam temas como o orgasmo - formas de o atingir, sensações que origina e centralidade na vida sexual -, a masturbação, o sexo oral e anal, as formas de viver a sexualidade nos vários estádios da vida, as relações heterossexuais, homossexuais e bissexuais, entre outros, e concluía que, afinal, a sexualidade feminina existia e a penetração vaginal não era assim tão importante para o prazer das mulheres. Uma ferida narcísica abria-se na sociedade falocrática, que, de repente, era confrontada não só com a existência de uma sexualidade feminina, mas também com a tomada da palavra pelas mulheres sobre prazer sexual. E, em discurso direto, as mulheres revelavam a sua insatisfação sexual.

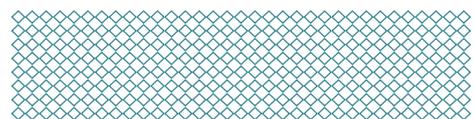
Os direitos sexuais e reprodutivos

Desde 1967 que a Associação para o Planeamento da Família (APF), mesmo em condições adversas, trouxe para o debate sobre políticas públicas de saúde a questão da contraceção e do planeamento dos nascimentos. A pílula contraceptiva foi introduzida em Portugal em 1967, apesar de a sua prescrição estar apenas autorizada para fins terapêuticos, e o DIU (dispositivo intrauterino) em 1971. Parecendo passos curtos, foram passos de gigante e ajudaram a preparar o salto seguinte.

Uma das conquistas da democracia foi, precisamente, a inscrição do planeamento familiar no texto constitucional. Mais do que um direito abstrato, significou o início da mudança de paradigma, como o revelam os debates da Constituinte. Apesar de todas as forças políticas representadas na Constituinte serem favoráveis ao planeamento familiar, discordaram vivamente do papel a desempenhar pelo Estado: de um lado os partidos de direita que o entendiam como direito abstrato, do outro lado a esquerda parlamentar que não se satisfazia com a consagração do direito, exigindo investimento e políticas públicas que o tornassem efetivo. A 25 de abril de 1976, a Constituição aprovada, na alínea d) do artigo 67, instituiu: “O Estado reconhece a constituição da família e assegura a sua proteção, incumbindo-lhe, designadamente: (...) d) Promover, pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente”. Vencida a batalha da Constituição, durante o VI Governo Provisório, a 24 de março de 1976, foi aprovada legislação sobre planeamento familiar que o tornaram uma valência dos centros de saúde. A APF e outros grupos e coletivos passaram assim a organizar sessões e a responder às inúmeras solicitações de divulgação do planeamento familiar em bairros, escolas, empresas, etc.

A divulgação e a disponibilização de métodos contraceptivos permitiram uma verdadeira revolução que mexeu com os costumes. As mulheres puderam, finalmente, controlar os seus ciclos reprodutivos e, por essa via, reapropriar-se do seu corpo, agora como território de prazer, sem o medo nem a sombra de uma gravidez indesejada.

Todavia, apesar de o texto constitucional ter dado um sinal de mudança de paradigma, no restante ordenamento jurídico as transformações foram tíbias. A sexualidade desligava-se da reprodução, mas o direito de planear as gravidezes estava incompleto, porque o aborto não era permitido. O planeamento familiar e a contraceção foram, aliás, usados como argumento para combater a proposta de descriminalização do aborto. No coro das direitas e do conservadorismo entoava-se que *só engravida quem quer*, uma vez que há meios para prevenir as gravidezes indesejadas, numa espécie de *revan-*



¹ A primeira edição em português é de 1975.

² A primeira edição em português é de 1994.

³ A primeira edição em português é de 1979.

che pelas liberdades alcançadas, que eram entendidas como libertinagem e até fraqueza moral.

O Movimento de Libertação da Mulheres (MLM), em maio de 1974, reclamou publicamente o direito ao aborto a pedido da mulher. Em 1979, a Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção (CNAC) redigiu um projeto de lei que propunha que o aborto fosse permitido, mediante declaração expressa da mulher grávida, nas primeiras 12 semanas de gravidez. Foram várias as iniciativas - debates, livros, publicações, depoimentos... - que reclamaram o direito ao aborto a pedido da mulher, mas a democracia foi surda durante 33 anos ao apelo do movimento social e da esquerda extraparlamentar.

Em 1980, o parlamento discutiu o aborto pela primeira vez, mas apenas em 1984 legislou sobre ele. A primeira lei do aborto descriminalizou-o em três situações - crime contra a autodeterminação sexual (violação), perigo de saúde para a mulher grávida (terapêutico) e malformação fetal (eugénico), mas só em 2007, depois de dois referendos, vários julgamentos e dezenas de mulheres mortas na sequência de abortos clandestinos, o ordenamento jurídico reconheceu verdadeiramente o direito ao aborto, permitindo-o a pedido da mulher, até às 10 semanas. Num país em que os serviços públicos de saúde estão em colapso, esta é uma lei manifestamente insuficiente, atravessada por preconceitos vários contra as mulheres, que não responde às necessidades do país real e que precisa de ser melhorada, mas ela é, ainda assim, o resultado de décadas de luta para que o direito a dispor do próprio corpo e o direito ao prazer fossem reconhecidos e protegidos e a maternidade fosse entendida como uma escolha e não como um destino.

Do corpo público ao puritanismo

Em 2018, uma carta assinada por uma centena de mulheres em França acusava de puritanismo e misandria uma campanha norte-americana contra o assédio sexual em Hollywood após o escândalo com Harvey Weinstein. "Defendemos o direito à liberdade de importunar, algo que é vital para a liberdade sexual" lia-se no documento. O debate foi aceso e extremado, mas teve a importância de romper com uma espécie de consenso preguiçoso que se

vinha impondo em torno da vaga MeToo. Não subscrevendo o Manifesto das 100, acho, contudo, que ele teve essa importância vital, a de nos obrigar a pensar criticamente.

Nesse exercício, creio ser importante retomar uma ideia fundadora: o feminismo não é um movimento contra os homens, é um movimento contra o patriarcado. Se o esquecermos, facilmente escorregamos na rasteira liberal de nos satisfazermos com uma justiça que ataca os indivíduos e não as estruturas, os sinais e não as causas. Isto não significa desvalorizar as denúncias, pelo contrário, sem elas o assédio sexual continuaria a ser percebido como uma violência individual e não como uma violência machista, estrutural, de que muitas mulheres são vítimas pelo simples facto de serem mulheres e de o seu corpo ser percebido como corpo público, mas deve implicar também perceber que Weinstein e os seus semelhantes são o sintoma, não são a doença. Por isso creio ser importante discutir aquilo que tem sido a ação de uma parte do movimento feminista e perceber onde nos está a levar, em nome de quê e com que resultados.

Entendo a natureza do MeToo como resultado de um vazio institucional, sobretudo de uma justiça machista que não acolhe as mulheres, que nos discrimina e humilha e se transforma a uma velocidade que nos insulta. A denúncia como arma e ação políticas é, no entanto, perigosa e enfrenta, em meu entender, dois problemas principais: torna o feminismo um movimento com um horizonte político curto, pouco ambicioso e residualmente transformador, porque se centra no ataque a indivíduos e não às estruturas que geram e favorecem as desigualdades e as violências, e, pela sua ação, justiceiro, sendo, por isso, tantas vezes percebido e representado como uma espécie de novo macarthismo.

Desta cultura surge a aproximação ao punitivismo, tão presente numa parte do movimento feminista. A vertigem em identificar e tipificar comportamentos e classificá-los como recomendáveis ou censuráveis transforma o que devia ser um território de liberdade, descoberta e negociação num colete de forças. Daqui resulta uma sexualidade normativa, recheada de interditos, um

corpo aprisionado num colete de forças e uma experiência de vida marcada pelo medo e pelo temor. Muitas das lutas feministas de segunda vaga consistiram, precisamente, em mobilizações contra essa ideia de sexualidade bem-comportada e procuraram libertar-nos do policiamento dos nossos corpos. *O Estado fora da nossa cama* foi uma reivindicação pelo direito ao prazer e à autodeterminação dos corpos. O que vemos, atualmente, é, assim, uma espécie de inversão perversa, no sentido em que mudam os interditos, mas se mantém a lógica de policiamento.

O nosso corpo é a única realidade que podemos verdadeiramente reclamar como nossa. E se, durante muito tempo, o corpo das mulheres foi um corpo público, no sentido em que o Estado, as instituições e os indivíduos se sentiam autorizados a falar, a agir e a legislar sobre ele, como se as mulheres não existissem e não fossem soberanas sobre ele, o feminismo resgatou-o, reclamou-o como propriedade privada de cada uma de nós e impôs sobre ele uma única regra: meu corpo, minhas regras. Qualquer subversão deste princípio é, pois, em meu entender, um recuo e, por isso, considero que as tentativas de normatização através de códigos de boas condutas e comportamentos, de lícitos e ilícitos, são uma deriva perversa e puritana. Vale a pena retomar o conceito de biopoder de Foucault, para, em exercício crítico, percebermos que este movimento de normatização está também ele a produzir formas legítimas e ilegítimas de exercício da sexualidade, reproduzindo os mecanismos do patriarcado e aprisionando de novo o corpo.

Termino retomando o título deste artigo para dizer: o prazer, camaradas, reclama um corpo libertado, um corpo que se nutre de curiosidade e procura realizar-se; o prazer, camaradas, é o conceito que temos de retomar, para resistirmos à vaga puritana e catequista que nos está a tentar impor uma nova sexualidade bem-comportada.

O Eduardo Galeano, em *As Palavras Andantes*, escreveu: "A Igreja diz: O corpo é uma culpa. A ciência diz: O corpo é uma máquina. A publicidade diz: O corpo é um negócio. O corpo diz: Eu sou uma festa". Ouçamos o corpo, porque ele é sábio.

A violação dos direitos sexuais e reprodutivos é um ato de genocídio?

por *Shahd Wadi*

"Sou uma mulher árabe de cor e há de nós em todos os tons da raiva e ouviste ontem os gritos da minha irmã enquanto dava à luz num checkpoint com soldados israelitas a olhar entre pernas dela para a próxima ameaça demográfica?"

Salvage - Rafeef Ziadah

Uma sala de estar cheia de preservativos que se transformaram em nada mais que balões prestes a rebentar é o fecho do filme palestino "Condom Lead" dos realizadores gémeos de Gaza Arab & Tarzan Nasser (2013). O título é "inspirado" – talvez não seja a expressão certa – pelo nome da brutal ofensiva israelita contra a Faixa de Gaza em 2009 "Cast Lead" (Chumbo fundido). O filme coloca a pergunta: haverá um espaço para fazer amor no meio de guerra?

Nesta curta metragem de 14 minutos, todas as tentativas falham. O amor à vida, o maior ato de resistência do povo palestino, é continuamente interrompido pelo som de aviões, dos mísseis e das bombas. Os preservativos, afinal, não protegem, mesmo, de nada.

Neste momento, durante o atual ataque contra Gaza, este cenário já não é possível. Não só porque – segundo a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) – mais que 85% da população de Gaza foi forçada a deixar as suas casas, e com elas a sua intimidade, mas também porque a ocupação israelita tinha já banido a entrada de preservativos na Faixa de Gaza há alguns anos, alegando que estes eram utilizados em "atos de violência" ao serem lançados juntamente com papagaios e balões com materiais inflamáveis que causavam incêndios na fronteira da Faixa de Gaza.

A proibição de preservativos, que certamente prejudicou a saúde sexual e reprodutiva em Gaza fazendo aumentar as infeções sexualmente transmissíveis, é incomparável ao assalto deliberado aos

direitos humanos, incluindo os relativos à saúde sexual e reprodutiva, especialmente das mulheres e das raparigas, depois de 7 de outubro.

"Desejei que a terra me engolisse" é como Safa'a descreve o momento em que chegou a menstruação depois de ter sido forçada a deixar a sua casa que foi bombardeada, obrigando-a a viver numa tenda juntamente com outras famílias. Sem acesso aos produtos básicos de higiene menstrual não encontrou nenhuma solução sem ser utilizar um bocado do pano da sua tenda como penso higiênico. A menstruação tornou-se um pesadelo para muitas mulheres em Gaza, as quais não só são despossadas da sua privacidade e do acesso aos produtos de higiene menstrual e água, mas também sofrem de acesso limitado a casas de banho, já que nos abrigos das Nações Unidas cada casa de banho é partilhada por 486 pessoas.

Apesar dos efeitos secundários perigosos, muitas mulheres não encontraram outra alternativa senão utilizar comprimidos para atrasar a menstruação. E ao mesmo tempo que os direitos das mulheres palestinianas a estes produtos são negados em Gaza, através do controlo de entrada da ajuda humanitária por Israel, as prisioneiras políticas palestinianas detidas pela ocupação israelita viram também os seus pensos higiênicos e tampões confiscados como política de punição coletiva após 7 de outubro. No projeto fotográfico Beyond Checkpoint, a artista palestiniana Samar Hazboun documenta a memória de mulheres que viram os seus direitos a um parto digno a serem postos em causa pelos soldados israelitas que controlam os checkpoints. Como resultado da segunda intifada, mais de 67 palestinianas deram à luz em checkpoints entre 2000 e 2005. Enquanto naquela altura se investiu na formação de equipas de saúde e parteiras tradicionais, neste momento, com a falta de eletricidade e água potável

em Gaza, reduzir os riscos de vida para as mulheres grávidas e os seus bebés é uma tarefa quase impossível. Dar à luz durante o genocídio que está em curso é algo que se assemelha a um "filme de terror", como as próprias palestinianas descrevem. Segundo os dados de UNRWA, estima-se que 50.000 mulheres grávidas estejam a enfrentar dificuldades de acesso aos cuidados pré-natais e de maternidade, sendo que uma média de 160-180 mulheres dão à luz por dia em Gaza, 15% das quais são suscetíveis de sofrer complicações durante a gravidez ou o parto, sem acesso a serviços obstétricos ou pediátricos, algumas mulheres foram submetidas a cesarianas sem anestesia ou analgésicos.

Os bombardeamentos cirúrgicos israelitas aos hospitais – incluindo aqueles que prestam serviços de saúde sexual reprodutiva e materna, a escassez de combustível que deixou muitos recém-nascidos sem incubadoras, a negação de produtos de higiene menstrual e de contraceptivos, e as condições que as mulheres em Gaza passam durante a gravidez e o parto tornaram-se num padrão constante desde 7 de outubro, constituindo estes uma violação clara do direito internacional humanitário. A ocupação israelita sempre colocou a fertilidade e o os úteros das mulheres palestinianas no centro da batalha. Os seus corpos são vistos como perigosos, já que carregam o que o colonizador vê como ameaça demográfica. Negar os direitos sexuais e reprodutivos é uma política israelita deliberada e um dos caminhos para a limpeza étnica da Palestina.

Um relatório das Nações Unidas sobre a violência contra as mulheres e as raparigas, advertiu que a violência reprodutiva infligida por Israel contra as mulheres e os recém-nascidos, pode ser considerada um ato de genocídio nos termos do artigo 6 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, que engloba ações como "impor medidas destinadas a impedir os nascimentos dentro de um grupo". A justiça sexual e reprodutiva numa altura de genocídio é um assunto sobretudo político. Garantir os direitos sexuais e reprodutivos também significa travar o genocídio e a limpeza étnica do povo palestino.